

Transferência de valor e agronegócio: as *Timber Investment Management Organizations* (TIMO) no complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul (MS) - Brasil

André Luis Amorim de Oliveira  

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
e-mail: andre13tl@gmail.com

Joser Cleiton Neves  

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
e-mail: joser.neves@ufms.br

Resumo

O texto em tela é uma investigação do processo de transferência de valor a partir das TIMO's que operam no agronegócio de eucalipto, celulose e papel no leste do Mato Grosso do Sul. Tem como matrizes teórico-metodológicas a Teoria Marxista da Dependência e a Geografia. Em termos de procedimentos metodológicos, recorremos à análise do material bibliográfico e documental, sobretudo aqueles referentes às informações disponibilizadas pelas empresas Suzano e Eldorado, ou pelos representantes do setor. O foco, contudo, foi a análise das informações e dados obtidos a partir de documentos das empresas TTG Brasil, Lacan Florestal e Valor Florestal, os quais ajudaram a lançar luz sobre a hipótese de que financeirização do agronegócio de eucalipto, celulose e papel no Mato Grosso do Sul passa pelo processo de transferência de valor vista a partir das estratégias da TIMO's. Dentre os resultados, destaca-se o rastreamento e a identificação das TIMO's que estão presentes em Mato Grosso do Sul, bem como os municípios de atuação, área sob controle, operações financeiras e nexos objetivos que conectam, com determinadas mediações, o capital estrangeiro e nacional/local no processo de apropriação e transferência de valor a partir do setor de celulose e papel.

Palavras-chave: Financeirização da agricultura; agronegócio; papel e celulose.

Value transfer and agribusiness: Timber Investment Management Organizations (TIMO) in the eucalyptus-cellulose-paper complex in Mato Grosso do Sul (MS) - Brazil

Abstract

The provided text is an investigation into the process of transferring value from the TIMOs operating in the eucalyptus, pulp and paper agribusiness in eastern Mato Grosso do Sul. The article is guided by the theoretical and methodological frameworks of Marxist Dependency Theory and Geography. In terms of methodological procedures, we analyzed bibliographic and documentary material, especially information provided by the companies Suzano and Eldorado, or by representatives of the sector. The focus, however, was on analyzing the



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

information and data obtained from the documents of the companies TTG Brasil, Lacan Florestal and Valor Florestal, which helped shed light on the hypothesis that the financialization of the eucalyptus, pulp and paper agribusiness in Mato Grosso do Sul involves the process of value transfer seen from TIMO's strategies. Among the results, the tracking and identification of TIMO's that are present in Mato Grosso do Sul stands out, as well as the municipalities where they operate, area under control, financial operations and objective links that connect, with certain mediations, foreign capital and national/local in the process of appropriation and transfer of value from the pulp and paper sector.

Keywords: Financialization of agriculture; agribusiness; paper and pulp.

Transferencia de valor y agronegocio: las Timber Investment Management Organizations (TIMO) en el complejo eucalipto-celulosa-papel de Mato Grosso do Sul (MS) - Brasil

Resumen

Este texto es una investigación sobre el proceso de transferencia de valor de las TIMOs que operan en el agronegocio del eucalipto, la celulosa y el papel en el este de Mato Grosso do Sul. Sus marcos teórico y metodológico son la Teoría Marxista de la Dependencia y la Geografía. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se analizó material bibliográfico y documental, especialmente información proporcionada por las empresas Suzano y Eldorado, o por representantes del sector. Sin embargo, la atención se centró en el análisis de la información y los datos obtenidos de los documentos de las empresas TTG Brasil, Lacan Florestal y Valor Florestal, que ayudaron a esclarecer la hipótesis de que la financiarización del agronegocio del eucalipto, la celulosa y el papel en Mato Grosso do Sul involucra el proceso de transferencia de valor visto desde las estrategias de TIMO. Entre los resultados, se destaca el seguimiento e identificación de las TIMO presentes en Mato Grosso do Sul, así como los municipios donde operan, área bajo control, operaciones financieras y vínculos objetivos que conectan, con determinadas mediaciones, capitales extranjeros y nacionales/local en el proceso de apropiación y transferencia de valor del sector celulósico y papelerero.

Palabras-clave: Financiarización de la agricultura; agronegocio; papel y pasta.

Introdução

A partir de 2009¹ tem início um conjunto de transformações econômicas de grande monta no território sul-mato-grossense, sobretudo no leste do estado, com a territorialização de empresas do setor de eucalipto, celulose e papel no município de Três Lagoas. As razões desse processo se devem a um conjunto de fatores² como, por exemplo, à própria dinâmica geoeconômica e geopolítica do capitalismo mundial, a agenda política e econômica do Estado brasileiro na figura dos governos petistas com atenção voltada para atender o agronegócio exportador de *commodities*, uma reorganização territorial guiada

¹ Vale lembrar que o monocultivo de eucalipto está presente ainda que de forma incipiente no Mato Grosso do Sul desde meados da década de 1970, resultado das políticas econômicas do regime ditatorial. O processo ganhou força, contudo, na década de 2000, sobretudo a partir da territorialização da empresa Fibria em 2009.

² Há outros, como terra e água em abundância, possibilidade de arrendamento e/ou parcerias, arrefecimento da pecuária, as condições edafoclimáticas da microrregião, incentivos fiscais, etc.

pelos interesses de certas frações de classe cujos objetivos envolvem os governantes de determinados locais³ no sentido de reafirmar o papel destes diante das conjunturas externas, como parece ser o caso do leste do Mato Grosso do Sul (MS).

Exemplo recente da marcha do agronegócio no estado é “Projeto Cerrado” encabeçado pela Suzano em curso com a implantação de uma das maiores fábricas da empresa no município de Ribas do Rio Pardo -MS. Como é comum nesse tipo de projeto, os aportes financeiros são sempre elevados. Em 2022, o aporte foi de R\$ 19,3 bilhões, já em 2023, o aporte foi revisto, passando para R\$ 22,2 bilhões.

Na mesma direção, outro exemplo relacionado à expansão do setor no Mato Grosso do Sul é o “Projeto Sucuriú” da empresa chilena Arauco, cujo objetivo é a construção de uma fábrica no município de Inocência (MS) com capacidade para produzir 2,5 mil toneladas de fibra curta ao ano. Os investimentos estimados neste projeto são de US\$ 3 bilhões, e a previsão é que a operação tenha início em 2028 (Arauco, s/d).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Mato Grosso do Sul (MS) abriga, atualmente, os quatro maiores municípios produtores de eucalipto do Brasil. Além disso, entre os 10 municípios com as maiores áreas de “florestas”⁴ plantadas do Brasil, cinco estão no MS (Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Brasilândia e Água Clara) (Portal Celulose, 03 nov. 2023).

Esse crescimento se expressa tanto no aumento da área plantada quanto no valor da produção de eucalipto. Em 2022, a área plantada com eucalipto no MS era de 1,1 milhão de hectares. Em 2023, conforme dados da Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (Reflor-MS), eram 1,7 milhão de hectares. Contudo, o objetivo das empresas é alcançar 2 milhões de hectares antes de 2030 (Mais Floresta, 10 jul. 2023). Já o valor da produção florestal de Mato Grosso do Sul atingiu o recorde de R\$2 bilhões com a produção em 79 municípios, em 2022 (Portal Celulose, 03 nov. 2023).

A expansão do setor no MS implica o controle territorial, sobretudo de terras e outros “recursos” naturais no MS. No caso da terra, nota-se a prática do arrendamento e/ou as parcerias como as principais estratégias das empresas. Porém, há outro aspecto nesse movimento expansionista relacionado ao controle territorial, a intensificação dos processos produtivos visando o aumento da produção de *commodities* e da produtividade do trabalho⁵.

³ Em Três Lagoas, o papel da então prefeita Simone Tebet, entre 2005-2010, foi fundamental para articular, junto ao agronegócio de eucalipto, celulose e papel, a implantação dos projetos do setor no leste do Mato Grosso do Sul.

⁴ O termo pode aparecer de outras formas: “plantações florestais”, “plantios florestais comerciais”, “reflorestamento”, etc. As áreas se justificam porque uma floresta abriga uma enorme diversidade de espécies de animais e plantas, o que não é o caso das plantações de eucalipto. Mais do que isso, uma floresta não é uma mercadoria ou um valor de troca.

⁵ Nesse último caso, como demonstraram Oliveira (2021) e Neves (2023), a intensificação da produção e da produtividade envolvem, além de investimentos em tecnologia e organização da produção e do trabalho, a superexploração da força de trabalho.

Simultâneo a esse dinamismo recente do setor no Mato Grosso do Sul estão as empresas responsáveis pela gestão de “ativos” financeiros no mercado mundial, isto é, empresas que têm suas operações calcadas no capital fictício, especulativo e estrangeiro.

Essa (re)inserção recente do MS nas chamadas “cadeias de valor” do mercado mundial a partir da territorialização de uma eucaliptocultura cada vez mais sob a égide de movimentações financeiras no mercado de capitais de “ativos” “florestais” chama a atenção pelo caráter que o território sul-mato-grossense assume nesse processo, ou seja, sua função cada vez mais voltado à reprodução e acumulação de capitais fictícios e externos que passam a exercer, por meio de determinadas empresas, o controle territorial local, num movimento estratégico junto às empresas de eucalipto, papel e celulose, como a Suzano Papel e Celulose S/A ou a Eldorado Brasil Celulose S/A.

Ao longo do texto que se segue, procuramos identificar alguns dos possíveis nexos entre o avanço do agronegócio no estado e o intrincado processo de transferência de valor, que nesse caso se expressa, a nosso ver, na forma de fluxos financeiros decorrentes dos investimentos de empresas específicas e que atuam a partir da esfera financeira, identificadas como *Timberland Investment Management* (TIMO's). Ao mesmo tempo, a investigação procura sinalizar para certas práticas dessas empresas que, atuando a partir do “mercado de capitais”, estão não só cada vez mais próximas da esfera produtiva de eucalipto no Mato Grosso do Sul, como também direcionam seus esforços no sentido de exercer certo controle territorial local respondendo às demandas dos investidores estrangeiros, ou seja, à valorização do capital estrangeiro, uma vez que a articulação entre as esferas produtiva e financeira⁶ implica a mediação destas empresas como um importante “mecanismo” de transformação de frações do território sul-mato-grossense em “ativos” e *commodities* que beneficiam, além dos capitais da Suzano ou Eldorado, os capitais estrangeiros, que tendem a ampliar seu poder econômico, político, territorial, etc. na economia dependente.

Em termos de procedimentos metodológicos, recorreremos à análise do material bibliográfico e documental, sobretudo aqueles referentes às informações disponibilizadas pelas empresas Suzano e Eldorado, ou pelos representantes do setor. O foco, contudo, foi a análise das informações e dados obtidos a partir de documentos institucionais⁷ das empresas TTG Brasil, Lacan Florestal e Valor Florestal, os quais ajudaram a lançar luz sobre a hipótese de que “financeirização” do agronegócio de eucalipto, celulose e papel no MS passa pelo processo de transferência de valor, uma vez que as estratégias das TIMO's se

⁶ Vale lembrar que essa separação é meramente ilustrativa, já que tal divisão não dialética entre esfera financeira e produtiva é um tanto problemática, pois a circulação do “capital em geral” passa por ambas, como aponta Marx (2013, 2014 e 2017).

⁷ Os documentos analisados contemplam: a) resumos públicos de Plano de Manejo Florestal; b) demonstrativos financeiros anuais e atas de assembleias (administrativas ou contábeis) das empresas citadas.

pautam pela apropriação de valor gerado a partir da esfera produtiva e que, por meio de intrincados processos difíceis de rastrear e desvendar, mas cujo sentido se expressa na relação entre o (mais)valor produzido e aquele que é apropriado nos “centros” do capital mundial a partir de transferências via fluxos financeiros.

Além disso, num esforço para aprofundar o rastreamento das transferências de valor na nebulosa contabilidade empresarial, recorreremos a algumas matérias/reportagens veiculadas pela imprensa local e nacional, pois muito dos indícios sobre as transferências de valor a partir dos fluxos financeiros via TIMO's aparecem nos relatos e demais informações disponibilizados pela imprensa, auxiliando assim, por um lado, uma análise das estratégias relacionadas à “simbiose” entre a esfera produtiva e financeira no agronegócio de eucalipto, celulose e papel no MS e, por outro, a hipótese que neste processo operam novos condicionantes que determinam a dinâmica econômica e política do território sul-mato-grossense, condicionado-o aos imperativos da transferência de valor da “periferia” rumo ao “centro” do capital mundial em uma nova “fase” do capitalismo dependente.

Capitalismo dependente, transferência de valor e agronegócio

Dois temas ocupam lugar de destaque nas elaborações dos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) acerca do processo de desenvolvimento capitalista na América Latina: a transferência de valor no mercado mundial e a superexploração da força de trabalho. Ambos os processos são considerados de suma importância tanto na formação quanto na reprodução das relações de dependência entre as economias imperialistas e periféricas. No caso de países como o Brasil, estão intimamente relacionados às particularidades e especificidades da questão agrária e, particularmente, à da renda da terra⁸ no desenvolvimento histórico do capitalismo dependente (Traspadini, 2018, De Paula, 2023).

Nos anos 2000 abriu-se uma nova “janela de oportunidades” para o agronegócio e as empresas e instituições que parasitam a produção, com a manutenção do processo de transferência de valor periferia-centro a partir do “boom de commodities”. No período em questão, o avanço do agronegócio, atrelado cada vez mais ao capital fictício, ocorreu simultaneamente ao movimento dos capitais estrangeiros rumo aos territórios da “periferia” em busca da apropriação de terras e outros recursos.

Desde então, as operações do agronegócio, num quadro em que predomina o padrão de reprodução do capital de especialização produtiva voltado sobremaneira à

⁸ Nesse sentido, vale relembrar do papel importante da luta de classes nessa história, representado, por exemplo, no chamado “pacto” ou “aliança” de classes entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial, a fim de manter o controle político, econômico e territorial do país (Marini, 2005, Cardoso, 2020).

(agro)exportação, ainda que marcado por conjunturas distintas e, evidentemente, pelas respectivas particularidades de cada formação econômico-social, ganham novas determinações e configurações como setor econômico responsável por capitanear a reprodução do capitalismo dependente via transferência de valor. Diante das mudanças do sistema mundial do capital, no Brasil a (Geo)política de Estado prioriza os investimentos produtivos em bens primários, insumos industriais e mercadorias de “baixo valor agregado” para exportação, como a celulose.

Segundo Cardoso (2020, p. 19), esse movimento mais recente do século XXI,

[...] reforça a função ocupada pelos países dependentes latino-americanos na DIT e se apresenta como mecanismo de manutenção da histórica transferência de valor para os centros imperialistas (no período colonial para Europa, no século XX seguiu para os Estados Unidos e atualmente para a China que desponta como a “fábrica do mundo”). Esta situação repõe o histórico debate da dependência frente ao avanço do processo de financeirização do capital, aprofundando a apropriação da renda da terra - ou seja, da mais valia produzida pelo conjunto dos trabalhadores - e, portanto, aprofundando também a superexploração daqueles que vivem do trabalho.

Por sua vez, diante da forte “generalização do movimento especulativo do capital” (Carcanholo; Nakatani, 1999, p. 1), naquilo que se convencionou chamar de “financeirização”, observa-se, na América Latina, conforme Amaral (2007, 2012), uma “nova fase” da dependência. Nessa nova fase, assume um papel de destaque a valorização do capital fictício, modalidade de capital que se desdobra tendo como base o capital portador de juros financiador do investimento produtivo (Amaral, 2007). Tal fase seria ainda caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira (Amaral, 2007, 2012).

Concordamos com Prado (2023) quando este expõe que a “financeirização” deve ser entendida como resultado de uma tendência histórica do próprio capitalismo. Isto é, a financeirização decorre do próprio “evoluir” do capitalismo, dos desdobramentos imanentes de suas próprias contradições (Lapyda, 2023). Assim, a financeirização “marca uma época em que o capital industrial produtor de valor e de mais-valia precisa ser fortemente constrangido a produzir lucros que agora são reclamados pelos ‘donos da papelada’” (Prado, 2023, s/p).

Cabe frisar que o “sistema financeiro” ou um “processo de financeirização” não opera como um produtor autônomo⁹ e/ou separado completamente de riqueza econômica, ou seja, numa forma independente da acumulação real. Em outras palavras, a intensificação do processo de financeirização, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica especulativa predominante sobre a lógica produtiva, ou seja, ao ponto do capital produtivo se subordinar

⁹ Chesnais (2003) fala em “autonomia relativa” da esfera financeira.

e a ser conduzido pelo capital fictício não suprime as relações sociais capitalistas, ou mesmo a lei do valor. Por isso mesmo, sinalizamos para o caráter “real” desse processo que, analisado a partir das TIMOs, tem vínculos com a produção, distribuição e apropriação de riqueza e de mais-valor a partir da territorialização e operação de empresas de eucalipto, celulose e papel, as quais, estrategicamente, mantêm o controle territorial e tudo que ele significa em termos de extração de excedentes.

Além disso, outros mecanismos complementam o processo atual de “financeirização”, como o aprofundamento recente do processo de mundialização da produção via agroexportação, com a entrada e operação de capitais e empresas transnacionais nas economias dependentes, cujo traço marcante é a continuidade, por outras vias e “dutos”, da transferência dos excedentes da periferia para os “centros” na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, dentre outras que merecem também atenção especial (Gomes, 2011).

Para Mancio e Moreira (2012, p. 17), na atual fase do capitalismo, agudizada pelo movimento especulativo e fictício, o imperialismo recorre aos investimentos capazes de minimizar as perdas, ampliar os lucros e socializar os prejuízos. Nestas condições, mais capital é injetado no setor produtivo das economias “periféricas” antecipando-se a novos ciclos de valorização de capitais e garantindo os mecanismos de transferência de valor no médio e longo prazos, também. Não sem motivos, na dinâmica de mundialização da qual faz parte o agronegócio, as empresas transnacionais que atuam no setor procuram diversificar a apropriação de excedentes (Gomes Jr., 2019), o que inclui novas estratégias no sentido de intensificar suas operações para maximizar seus investimentos em médio e longo prazos.

Leite (2017) explica que a multiplicação de instrumentos financeiros no capitalismo contemporâneo reflete a diversidade de instituições envolvidas na intermediação desses instrumentos: bancos, brokers, *asset managers*, companhias de seguro, fundos de investimento, fundos de pensão, etc. Tal caracterização expõe parte da complexidade do capitalismo hodierno, cujo desenvolvimento implica novas determinações e mediações na nova fase do capitalismo. Importa destacar que diante dessa configuração “financeirizada” tem-se possivelmente potencializada a transferência de valor com a drenagem crônica de mais-valor da “periferia” ao “centro” do capital mundial¹⁰.

Resumidamente, recorda-se que a categoria da transferência de valor foi analisada por Marx em dois momentos n’O Capital: a primeira, na segunda parte do capítulo 10 do livro 1 (2013), e a segunda nos capítulos 9 e 10 do livro 3 (2017). Marini (2005), retoma e

¹⁰ A título de exemplo, no relatório “Fluxos financeiros e paraísos fiscais: cooperando para restringir as vidas de bilhões de pessoas”, produzido em 2012, os autores demonstraram que os “países emergentes e em desenvolvimento” (incluindo a China) perderam 2 trilhões de dólares em transferências líquidas para países ricos, o equivalente a 8% do PIB dos “países emergentes” naquele ano (Smith, 2021).

analisa o processo de transferência de valor em um nível menos abstrato, no contexto do mercado mundial, envolvendo economias dependentes e economias industriais¹¹.

Luce (2018), assinala que a transferência de valor possui formas distintas (deterioração dos termos de intercâmbio, serviço da dívida - remessas de juros, remessas de lucros, *royalties* e dividendos e apropriação da renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais). Já Araújo (2024, p. 2), indica que estas podem ocorrer tanto no âmbito do comércio internacional como no âmbito do investimento de capital estrangeiro (remessas de mais-valia na forma de lucros e dividendos, juros etc.) nas economias dependentes.

O que nos interessa aqui é destacar que em tais condições do capitalismo coevo, “todas as formas de operação financeira podem potencialmente contribuir com a transferência de mais-valor de um país para outro e contribuir para aumentar o poder dos países dominantes” (Norfield, 2016, p. 95-97 *apud* Leite, 2017, p. 267).

Ademais, para além da falsa dicotomia entre interesses financeiros e industriais, Norfield (2016, p. 91) mostra que o capital fictício “não é apenas de propriedade e controlado por capitalistas do ‘setor financeiro’. Companhias industriais e comerciais [...] também utilizam títulos para consolidar seu poder de mercado” (*apud* Leite, 2017, p. 267). Tal dinâmica de transferência de valor na atualidade, portanto, parece explicitar a relação entre as esferas financeira e produtiva, de modo que ambas, ao estarem inter-relacionadas dentro dos imperativos da reprodução e acumulação capitalista em sua “fase” financeirizada.

Pensando com Musthaq (2021, p. 27) e Amaral (2012), a nosso ver, a lógica da acumulação financeira atual parece ser uma ponte útil para tecer *insights* críticos a partir da teoria marxista da dependência com os estudos da “financeirização”, sobretudo no que tange à dinâmica da transferência de valor a partir dos laços entre a esfera financeira e produtiva do agronegócio. Mais do que isso, permite uma leitura geográfica capaz de indagar qual o papel de determinados territórios da economia dependente diante do quadro atual do capitalismo.

No caso do Brasil, essa dinâmica parece se intensificar a partir da década de 2000, quando se verifica um cenário político e econômico marcado pelo crescimento internacional do preço de determinadas *commodities*, o aumento das exportações (sobretudo para a China), a reestruturação das redes agroindustriais (caso da agroindústria de eucalipto, celulose e papel), bem como as consequências da crise financeira de 2007/2008.

Naquela conjuntura, ocorreu a valorização fundiária em um cenário de avanço do capital fictício e especulativo, bem como a intensificação das ações empresariais no território brasileiro, impulsionando ainda mais a transformação da terra e do território em importantes

¹¹ Para análises pormenorizadas da Transferência de Valor, ver Luce (2018), Araújo (2024) e Breda e Rocha (2023).

“ativos” financeiros comercializados em bolsas de valores ao redor do mundo. Desde então, estes novos agentes do mercado financeiro têm ampliado e diversificado suas modalidades de investimentos no setor agrário/agrícola, visando, assim, o controle¹² de frações do território brasileiro.

Bernardes et al. (2017), alerta sobre um conjunto desses novos agentes capitalistas atuando como empresas vinculadas ao mercado financeiro por meio de fundos de investimentos (pensão, hedge, soberanos, etc.) no mercado de terras, resultando no fenômeno chamado *land grabbing* (Souza; Silva, 2019). Também Souza e Silva (2019, p. 152), apoiados no mesmo Bernardes et al. (2017), indicam que a principal característica deste fenômeno é o controle e a concentração de “significativas áreas¹³ de terras e de recursos (água, minerais e florestais) por corporações substancialmente alicerçadas pelo capital financeiro e especializadas na compra, valorização e venda de propriedades agrícolas, como uma estratégia para obtenção de maiores rendimentos”.

Tratando do tema da *land grabbing*, Pereira (2022, p. 761), a partir de uma leitura geográfica, advoga a tese que o “controle do território é a expressão que melhor denota o *land grabbing*, visto que a sua essência é o controle para a obtenção de benefícios que possibilitem a acumulação de capital”. Segunda essa autora, o controle do território, seria ainda “um processo político e heterogêneo de apropriação de terras, de territórios e dos recursos conexos, como: água, fertilidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, relações sociais, culturais, econômicas” (Ibid, p. 762).

Essa forma de controle territorial ocorre, conforme Pereira (2022, p. 761-762), por duas vias: territorialização e territorialidade. A primeira “via” pode ser realizada por vários meios: compra do imóvel rural, arrendamento, contrato de parceria, contrato de “gaveta”, constituição de empresas em nome de terceiros com identidades nacionais, táticas de fusões e *joint venture* entre empresas nacionais, empresas de capital aberto e com ações *free float*¹⁴. Já a segunda via, ocorre por meio do controle indireto, do controle dos insumos, das relações de produção, da comercialização e do processamento.

Frederico e Gras (2017, p. 18), apoiados em Borrás Jr. et al. (2012), tocam num outro ponto importante que nos auxilia na compreensão do processo de transferência de valor via fluxos financeiros a partir da territorialização/territorialidade de empresas gestoras de “florestas” no Brasil. Para estes autores, o entendimento de *land grabbing* supõe primeiramente “[...] transferência do controle da terra, assim como de outros recursos

¹² Tal forma de controle, cuja finalidade é obter maior valorização dos investimentos, não se restringe, contudo, à dimensão econômica, mas envolve um conjunto de ações e estratégias de poder político, ideológico, cultural, etc. (Souza; Silva, 2019).

¹³ Como são múltiplos agentes, com distintas estratégias, o controle territorial não se restringe às grandes áreas, incluindo ainda, a depender dos objetivos empresariais, médias e pequenas escalas, segundo Pereira (2022).

¹⁴ Trata-se de um indicador que mede a percentagem de ações de uma empresa que estão disponíveis para negociação no mercado, ajudando a determinar se um investimento é ou não uma “boa opção”.

(hídricos, minerais e florestais) a novos agentes. Em segundo lugar, comporta grandes escalas não somente de terras, mas principalmente de capital”.

Ao tudo indica, essa dupla dimensão parece conformar justamente as ações estratégicas das TIMO's no agronegócio de eucalipto, celulose e papel no leste do Mato Grosso do Sul. Por um lado, auxiliando os investidores externos interessados em diversificar suas carteiras com ativos alternativos e ampliar seus capitais, direcionados para os “ativos” florestais no estado. A partir do capital captado, certas TIMOs têm adquirido terras “florestais” ou áreas para o chamado “reflorestamento”, focando no leste do MS devido ao potencial para produção de madeira. A administração/gestão desses ativos ocorre, portanto, mediante o controle de importantes frações do território sul-mato-grossense, que tem suas funções voltadas para atender às demandas e expectativas dos investidores no mercado, ou seja, visando a valorização rápida do capital investido.

Por outro lado, as operações desse modelo financeirizado em investimentos no setor florestal como do eucalipto direciona o território local a uma lógica de mercado e especulação, ficando também à mercê os mercados externos. Mais do que isso, ao “financeirizar” a natureza local, essas empresas tratam “florestas”, solos, água, madeira, como “ativos” transacionáveis, onde o valor se restringe ao potencial econômico, por mais que a ideologia do desenvolvimento sustentável esteja presente. Contudo, a biodiversidade e o equilíbrio ambiental, subordinados à lógica financeira de curto prazo, visam maximizar retornos sobre o capital.

Ademais, a economia local é orientada para atender às demandas e aos interesses de investidores internacionais, o que contraria a ideia de desenvolvimento local sustentável. Ora, no caso do Mato Grosso do Sul, a grande parte da produção florestal, sobretudo a celulose, é exportada, o que já indica a dinâmica da transferência de valor. No caso das TIMO's, no geral, os principais beneficiários são investidores dos países “centrais” desenvolvidos, que buscam diversificar suas carteiras e proteger o capital da volatilidade de outros setores. Essa lógica expressa e reproduz a dependência econômica dos países da América Latina em relação aos países “centrais” (Marini, 2005), que se apropriam de recursos naturais e lucram enquanto a região “periférica” arca com os impactos sociais e ambientais, a concentração fundiária e a transformação do seu território em mercadoria.

Agronegócio de eucalipto, celulose e papel e transferência de valor via TIMO's

Surgidos no final da década de 1980 nos Estados Unidos por meio das ações de profissionais da área financeira, as TIMO's atuam no processo de investimento no qual os recursos financeiros são oriundos principalmente de grandes investidores institucionais, tais como fundos de investimento, fundos de pensão, fundos mútuos e fundos *hedge*, aplicações

financeiras que são convertidos e investimentos financeiros para a compra de áreas “florestais” que serão adquiridas e manejadas para a produção de *commodities* que serão comercializadas no mercado.

Grosso modo, portanto, pode-se dizer que as TIMO's são empresas similares às corretoras, com função de mediar a compra e venda de ativos¹⁵, ou seja, ações e títulos públicos negociados em uma bolsa de valores. Atuam, portanto, como instituições ou agentes financeiros que administram e aplicam o dinheiro ou capital de terceiros, no geral, outras pessoas, empresas, bancos, entidades públicas e demais instituições financeiras interessadas em algum ativo. Uma das particularidades das TIMO's é que elas atuam justamente na “gestão” de carteiras de investimento em ativos “florestais” (Campo e Negócios, 2021).

Essa gestão conduzida pelas TIMO's têm o objetivo maximizar os retornos econômicos de seus “clientes”, comprando/arrendando/vendendo terras e comercializando seus produtos “florestais”. Objetivamente, funcionam reunindo investidores e investimentos “florestais”, levantando fundos, analisando o mercado “florestal”, adquirindo propriedades, efetuando e gerenciando as plantações “florestais” visando obter os “retornos adequados para os investidores” (Campo e Negócios, 2021, p. 4). Os retornos oferecidos por esses fundos se dão em razão da rentabilidade obtida por contratos de venda de madeira, de arrendamento das terras para o manejo de um ou mais ciclos “florestais” de produção, e de operações de venda e compra de novas terras (Rodriguez, 2005, p. 75).

A geração de receita via TIMO's se inicia com a captura do valor gerado para seus diferentes públicos-alvo. A geração dessa receita acontece por meio de taxas de transação, de administração, que crescem com seus ativos sob gestão e desempenho. Grande parte da sua receita, portanto, advém da venda dos ativos “florestais”, momento em que ocorre a liquidez do ativo e os valores de lucro dessa venda beneficiam as partes interessadas, com o retorno total do investimento (Campo e Negócios, 2021).

Conforme Marques (2015, p. 130), as TIMO's têm se difundido num contexto “mercado pelo surgimento de novas iniciativas financeiras relacionadas ao plantio de árvores em bases industriais”. Essa atividade tem se mostrado atraente para os investidores institucionais “por gerar rendimentos a partir do crescimento biológico das plantas e do aumento no preço da madeira e da terra, com excelentes perspectivas de retorno a longo prazo¹⁶ - calcula-se um retorno financeiro de aproximadamente 10% ao ano” (Ibidem, p. 130).

¹⁵ Na realidade, esses “ativos” são parcelas de terras, com nome e localização.

¹⁶ Tipo de investimento que “caracteriza-se por atrair investidores com perfil de longo prazo, como fundos de pensão, fundos patrimoniais e *family offices* (consultoria especializada na administração de recursos financeiros dos donos de empresas e de seus herdeiros), entre outros” (Marques, 2015, nota de rodapé 35 da página 130).

No Brasil, as TIMO's iniciaram suas atividades no início da década de 1990 e estão em crescimento na atualidade (Campo e Negócios, 2021). Segundo o estudo da Consultoria e Treinamento LTDA (Consufor), especializada na área, os fundos de investimento em ativos “florestais”, voltados à produção de madeira para a indústria, cresceram 15,6% em 2020 e atingiram R\$ 9,6 bilhões no Brasil. Ademais, segundo estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Florestas (IBF), até o fim desta década, esses fundos ganharão cerca de R\$ 12 bilhões em florestas no país (Inflor, 11 ago. 2021).

O que está atrelado a esse crescimento é o fato das taxas de retorno real do investimento em ativos “florestais” quase sempre em torno de 8% e 12% ao ano, podendo chegar em 14%. Somente entre 2009 a 2014, a taxa acumulada de expansão do valor de mercado de ativos “florestais” detidos pelas TIMO's no Brasil foi a 220%, ou o equivalente à alta média anual de 29%, tendo como ponto de partida os R\$ 2,6 bilhões do primeiro ano do intervalo (Valor Econômico, 23 fev. 2015).

Um dos primeiros TIMO's a chegar no Brasil foi a *Global Forest Partners* (GFP), que no início da década de 2000 comprou as florestas da Norske Skog Pisa, em Jaguariaíva (Paraná), e hoje tem negócios, além do Paraná, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Além dessa gestora, observa-se a atuação de outras TIMO's, como a *Hancock Natural Resource Group* (HNRG), empresa da *Manulife Investment Management*¹⁷, que passariam mais tarde a atuar no Brasil. Em 2021, esta TIMO, por meio de sua afiliada Rio Verde Holding Ltda., adquiriu da Copa Gestão de Investimentos Ltda. (“Copa”)¹⁸, duas empresas operacionais com direitos do uso da terra sobre 43.332 hectares de plantações de eucalipto no MS (PRN News, 19 ago. 2021).

Outro exemplo de negócio via TIMO's no setor de celulose e a papel ocorreu em 2009, quando uma das maiores empresas do setor, a Suzano Papel e Celulose, firmou contrato com a Mata Mineira Investimentos Florestais e com a Fazenda Turmalina Holdings¹⁹. O objetivo do negócio foi a venda de aproximadamente 50 mil hectares de terras em Minas Gerais, sendo cerca de 13 mil hectares com plantios de eucaliptos. O valor da venda destes ativos foi de R\$ 311 milhões (valores da época). Com isso, a empresa visou a geração de caixa para os investimentos relativos ao novo ciclo de crescimento da Suzano em regiões como Maranhão e Piauí (Capital News, 14 dez. 2009).

¹⁷ A *Manulife Investment Management* é a divisão global de gestão de patrimônio e ativos da *Manulife Financial Corporation*. Com sede em Toronto, no Canadá, os investimentos desta corporação abrangem 18 localidades geográficas. Em 2021, a corporação detinha 1,0 trilhão de dólares canadenses em ativos sob gestão (PRN News, 19 ago.2021).

¹⁸ Trata-se de uma gestora brasileira, focada no setor de investimentos florestais e imobiliários rurais. A Copa administra fundos que atuam na implantação, aquisição e gestão de “florestas” plantadas e de propriedades rurais.

¹⁹ Os compradores foram a *RMK Timberland* e a *Four Winds*, ambas dos EUA, que também utilizaram os serviços da TTG Brasil Investimentos Florestais, subsidiária brasileira da Equator, sediada em Nova York.

Em uma matéria da Gazeta Mercantil republicada no *website* do Senado em 04 mar. 2009, lê-se que o Brasil havia “despertado o interesse de fundos estrangeiros que investem na plantação de florestas com fins comerciais, conhecidos como TIMOS” (Senado, 04 mar. 2009). A matéria expõe que a Claritas Investimentos, fundada em fevereiro de 1999 e pioneira na gestão de recursos de terceiros no Brasil, havia iniciado suas atividades como um fundo independente em novas áreas. Na época, a empresa lançou o Fundo de Investimento em Participação (FIP) Floresta do Brasil, de R\$ 101,8 milhões, com foco na venda de madeira para o mercado de celulose, energia e ferraria. Tais investimentos seriam realizados por meio da “Corus Agroflorestal”, especializada na gestão de “ativos” “florestais”. Segundo o gestor e corresponsável pelos projetos florestais da Claritas: “O negócio já está acertado e só estamos aguardando a aprovação pelo comitê de investimento” (Senado, 04 mar. 2009), relatou o gestor e corresponsável pelos projetos florestais da Claritas, Marcelo Sales. À época, a empresa já possuía 4 mil hectares de floresta de eucalipto em Campo Grande e Três Lagoas, no MS, voltados para o fornecimento para a indústria de papel e celulose. Na mesma matéria, foi divulgado que a gestora de fundos de *Private Equity Stratus* também havia investido no setor, com a compra de participação na *Timber Value*, que atuava nos setores de manejo “sustentável” de “florestas” e na gestão de “ativos” “florestais”. Para Marcelo Sales, trata-se de “um ativo interessante para investidores de longo prazo, que pode render até 15% ao ano” (Senado, 04 mar. 2009). No mesmo período, os supracitados grupos da Suzano, Klabin e Irani firmaram operações com fundos dessa natureza (Investe, 23 dez. 2009). Ainda conforme Sales, cerca de 25% dos recursos seriam captados com investidores estrangeiros e, “apesar da crise” [de 2007/2008], “o apetite dos estrangeiros para esse setor continua muito forte”, afirmou ele (Senado, 04 mar. 2009).

Também o fundo de pensão brasileiro Fundação dos Economistas Federais (Funcef) e o fundo de previdência Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), injetaram, no primeiro semestre de 2010, R\$ 550 milhões (US\$ 319,8 milhões à época) no chamado Florestal Fundo de Investimentos em Participações (FIP) pertencente à Florestal Investimentos Florestais. A meta da Florestal era conseguir 215 mil hectares de florestas de eucalipto em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Investe, 23 dez. 2009).

Já em 2021, cerca de 800 mil hectares de “florestas” plantadas estavam sob posse dos gestores de ativos no mercado brasileiro, especialmente de eucaliptos, concentrados especialmente nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A concentração nas mãos dos fundos equivalia, portanto, a aproximadamente 5,3 vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Já o valor de mercado das “florestas” de eucalipto e, em menor medida, de pinus nos portfólios dos gestores, correspondiam a um valor aproximado de R\$ 16,2 bilhões. No mesmo período, cerca de 57% da área plantada estava sob posse dos fundos, enquanto

50%, em termos de valor de mercado, estavam nas mãos de gestoras nacionais. A expectativa de retorno almejado com o investimento nos fundos florestais girava entre 7% a 10% ao ano, além da variação da inflação medida pelo IPCA (InfoMoney, 22 mar. 2021).

Conforme Silva (2023), atuam no Brasil atualmente as seguintes TIMO's: Lacan Florestal, Copa Agroflorestal, Ático Florestal Brasil Amata, Claritas, Timberland Investment Group (TIG/BTG), todas de origem brasileira. Já as TIMO's: Forest Investment Associates (FIA), Forest Company, RMK Timberland Group, Manulife Investment Management, Harvard Management Company (HSM), Resource Management Service e Global Forest Partners seriam dos EUA. Operam ainda no país, a Brookfield, do Canadá, e a Farm & Forestry Management, do Uruguai.

As TIMO's trabalham com dezenas empresas de base florestal (ativos "florestais"), bem como no processamento mecânico da madeira nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Mato Grosso do Sul. Além disso, estas empresas utilizam-se de diferentes estratégias, já que os investimentos via operações dessas empresas "podem ser realizados mediante aporte de recursos em sociedades que detêm os ativos florestais, ou aquisição de participação em tais sociedades, em estruturas de parceria ou coinvestimento" (Pacheco; Wanderley, 2023, p. 2). Essas "sociedades podem ser proprietárias de imóveis rurais ou utilizar outros institutos jurídicos para deter posse ou explorar essas terras, como, por exemplo, arrendamento rural, usufruto, direito de superfície ou comodato" (Ibidem).

Além destas, as formas de negociação podem incluir ainda "aspectos relativos à reposição florestal, garantia de recompra da madeira, estabelecimento de preço, entre outros" (Mendes, 2005, p. 45). No caso dos Fundos de investimento em ativos "florestais", as empresas "contam com gestor profissional que define, a cada caso, estratégia de investimento atrelada a determinado tipo de ativo-alvo, estabelecendo meta de rentabilidade e expectativa de liquidez da carteira compatível tal política de investimento" (Pacheco; Wanderley, 2023, p. 2).

Como veremos adiante, as TIMO's, apesar de atuarem a partir da nebulosa estrutura financeira, no geral, são constituídas e organizadas nos "centros" imperialistas de poder a partir das operações estratégicas dos capitais estrangeiros que se movimentam em direção às economias dependentes em busca de espaços rentáveis e lucrativos, de modo que estas estratégias envolvem o controle territorial por meio da compra de terras, gestão de "ativos" "florestais", etc.

Esse parece ser o caso do leste do MS, onde o agronegócio de eucalipto, celulose e papel ao aprofundar cada vez mais sua relação com a esfera financeira, propicia, por um lado, a sua própria expansão em decorrência dos montantes antecipados que recebe e que podem ser reinvestidos, por exemplo, no arrendamento de terras ou em outros "ativos". Por

outro lado, essa simbiose com a esfera financeira possibilita a valorização do capital estrangeiro, tanto com os “ativos florestais” já estabelecidos, quanto aqueles em fase de implementação e com potencialidade de gerar renda e lucro a médio e longo prazo.

Dada a dificuldade em encontrar informações sobre o processo de “financeirização”, no setor estudado, recorremos, num primeiro momento, a um exemplo ocorrido em 2013 na transação entre a empresa Fibria (atual Suzano) e a empresa Parkia Participações S.A.²⁰ subsidiária de uma *joint venture* controlada por investidores brasileiros. Na ocasião, a Fibria vendeu 210 mil hectares de terra para a Parkia. Em entrevista sobre a transação, a Fibria relatou que pretendia ir mais longe, vendendo meio milhão de “suas” terras (Boletim WRM, 2015).

O aparente paradoxo de uma empresa que tem como um de seus preceitos controlar o território com a obtenção de mais terras para plantar eucalipto, mas que não renuncia do controle de territorial, se explica pelos seguintes motivos: na transação, a Fibria conseguiu um montante de R\$ 1,65 bilhões (aproximadamente US\$ 695 milhões), sendo R\$ 1,4 bilhão à vista. Com esse montante, a Fibria foi capaz de reduzir seu endividamento e fortalecer o seu capital. Desse modo, a transação também teria posicionado “a Fibria para um novo ciclo de crescimento”. A estratégia e contrato com a Parkia, ao contrário do que possa parecer, possibilitou a continuidade do projeto de expansão da Fibria, no caso, uma nova linha de produção em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul (Boletim WRM, 2015).

Outro benefício apontado pela própria Fibria é que, no negócio, o imposto pago sobre as terras se transformou em uma “despesa dedutível”. Para a Fibria, a utilização dos prejuízos fiscais zerava o pagamento de imposto de renda (IR) sobre o ganho de capital. Assim, o negócio contribui para a redução de impostos de uma empresa exportadora e que, portanto, se beneficia de incentivos e isenções fiscais (Boletim WRM, 2015).

Mas há outro elemento que chama a atenção no contrato, pois mesmo sendo a Parkia uma empresa nacional, o pagamento à vista de parte do montante na transação só ocorreu porque o poder de compra daquela empresa se baseava no fato dela contar com investidores que, juntos, aportaram um capital²¹ estrangeiro suficiente para isso. A própria Fibria admitiu a existência da participação de investidores internacionais na negociação, como os fundos de pensão, através do Fundo de Investimentos em Participações (FIP). Tudo isso pode ser traduzido na “fórmula” adotada pela Parkia: uma empresa “brasileira”, mas com investidores estrangeiros (Boletim WRM, 2015).

²⁰ Mesmo não sendo propriamente uma TIMO, a Parkia oferece um exemplo de como certas empresas brasileiras operam a partir da esfera financeira, reproduzindo, ao que parece, certas estratégias estrangeiras adaptadas às condições político-jurídicas nacionais.

²¹ Na matéria não é informado o montante do aporte de capital estrangeiro.

Visando aprofundar a análise do papel das TIMO's no setor de eucalipto, celulose e papel no controle territorial em Mato Grosso do Sul, de modo a esmiuçar a relação entre os capitais individuais locais (que neste caso são também proprietários de terras) e as organizações que atuam no mercado de ativos “florestais”, optou-se, a seguir, pela análise documental dos resumos públicos do plano de manejo florestal publicado pela TTG Brasil Investimentos Florestais LTDA em seu *website* institucional, sendo esta uma das principais gestoras da modalidade no país. A gestão realizada pela TTG Brasil incorpora pessoas jurídicas que possuem ativos “florestais” e desejam transferir a gestão desse ativo para o respectivo fundo de investimento. No que se refere ao MS, há dois grupos de ativos “florestais” que são geridos, sendo o Grupo TTG5 e TTG6. Como o último grupo apresenta apenas um membro, a empresa Camapuã Agropecuária LTDA, realizou-se o agrupamento dos membros dos dois grupos de ativos “florestais” para exposição (tabela 1).

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Membros e Área (ha) sob gestão da TTG Brasil – 2023.

Membros	Área de plantio (ha)	Área total ocupada (ha)	Total (estab.)
Cabeceira Agroindustrial Ltda.	1.728	2.169	1
Frigg Florestal S. A.	13.367	18.978	1
Niobe Florestal S. A.	12.318	17.396	2
Pradaria Agroflorestal Ltda.	21.749	31.798	14
Camapuã Agropecuária Ltda	17.658	24.119	1
Total	66.820	94.460	19

Fonte: Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, TTG5; TTG6, 2023. Elaboração dos autores (2024).

Segundo o mesmo documento, o manejo “florestal” realizado pela TTG Brasil “baseia-se na silvicultura e manejo de *Eucalyptus* e *Pinus* [...] que atende todas as características técnicas exigidas pelos processos dos Clientes” (TTG Brasil, 2023, p. 12). Portanto, sob gestão deste fundo de investimento, há mais de 94 mil hectares de terra, com uma área superior a 66 mil hectares destinados para a produção de eucalipto para fins comerciais, matéria-prima do complexo eucalipto-celulose-papel (Almeida, 2012).

Todos os estabelecimentos sob propriedade destes membros estão localizados em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Brasilândia, Água Clara e Costa Rica (Leste de MS); Camapuã e Figueirão (Alto Taquari). Para exemplificar o monopólio da terra em MS, a Fazenda Pantano (localizada no município de Ribas do Rio Pardo) possui uma área de aproximadamente 19 mil hectares, da qual a Frigg Florestal S.A é proprietária. Outro exemplo é a Fazenda Engano, sob propriedade da Camapuã Agropecuária LTDA, que apresenta uma área superior a 24 mil hectares. Em geral, o cálculo da área média das propriedades que estão vinculadas aos fundos de investimento sob

gestão da TTG Brasil coloca-se acima dos 4.970 hectares, o que aponta para a dimensão e o papel da renda da terra nesta parte do território²².

No final do mês de julho de 2024, a Suzano Papel e Celulose concluiu uma operação financeira relacionada à aquisição de terras no MS que estavam vinculadas à TTG Brasil e, por conseguinte, ao BTG Pactual. Nesta operação, foram adquiridos aproximadamente 70 mil hectares de terras, em partes, já com plantio de eucalipto realizado. Para a concretização de mais esse “negócio”, foram aportados R\$ 2,122 bilhões pela Suzano para a compra da “totalidade da participação societária das empresas Timber VII SPE e Timber XX SPE, sob gestão do BTG Pactual Timberland Investment Group” (Fonseca, 2024, s/p).

Apesar da origem brasileira das empresas envolvidas neste caso, o investimento em *Timberland* faz parte da modalidade de *Asset Management* (gestão de “ativos”) e esta configura-se como um dos braços de atuação deste Banco no âmbito da valorização financeira, o que aponta para o nexo entre as operações ligadas ao setor de “ativos” “florestais” e ao “desempenho econômico” geral desta instituição financeira, fortemente ligada ao capital estrangeiro/internacional. Nesse caso, as mediações que “conectam” esta base concreta à transferência de valor encontram-se no âmbito da remuneração de dividendos e juros sobre capital próprio, formas pelas quais remuneram-se os acionistas. Como exemplo, destaca-se o pagamento de juros sobre capital próprio pela BTG Pactual nos anos de 2023 e 2024, representado pelo montante de 1,315 e 1,445 bilhões de reais, respectivamente, diluído proporcionalmente pelo número de ações (BTG Pactual, 2024)²³. Os principais acionistas identificados da BTG Pactual são outras instituições financeiras, a maioria estadunidenses, como a GQG Partners (EUA), Invesco Ltd (EUA), The Vanguard Group, Inc (EUA), Morgan Stanley Capital International (MSCI) Inc (EUA)²⁴.

Tal como a TTG Brasil, a Lacan Florestal – que deriva da Lacan Investimentos e Participações LTDA – atua na gestão e comercialização dos ativos “florestais”, com quatro fundos de investimento no segmento “florestal” em operação, que somados totalizam 130 mil hectares de terra e 1,5 bilhão de reais sob seu gerenciamento. Da área sob controle da Lacan Florestal, a maioria está localizada em Mato Grosso do Sul, distribuída em sete municípios (Tabela 2). Adiciona-se à lista de municípios supracitados: Bataguassu, Santa

²² Luce (2018), indica que a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais da economia dependente constitui uma modalidade de transferência de valor. Essas indicações são importantes do ponto de vista da TMD, mas não podemos abordá-las aqui. Sobre a renda da terra, cf. Gomez Junior e Aruto (2016) e Cardoso (2020).

²³ Os valores mencionados podem ser verificados na Ata de Reunião do Conselho de Administração da BTG Pactual, de 28 de junho de 2024. Os documentos dessa natureza estão no *website* do Banco.

²⁴ No momento em que este texto é finalizado, todas as corporações citadas possuem entre 10 e 50 milhões de papéis de ações da BTG Pactual, em ordem decrescente. A consulta desses documentos pode ser feita na plataforma Fintel (fintel.io), base de dados que importa as informações da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos.

Rita do Pardo e Selvíria – localizados na porção Leste de MS – nesta dinâmica financeirizada da produção capitalista, objetivada a partir da gestão das propriedades rurais enquanto ativos “florestais”.

Tabela 2: Mato Grosso do Sul: Área (ha) sob gestão da Lacan Florestal – 2023.

Município	Arrendada/ Própria	Parceria	Área de plantio (ha)	Área total ocupada (ha)
Água Clara	6.099,96	4.592,03	8.132,72	10.691,99
Bataguassu	-----	866,02	649,76	866,02
Brasilândia	-----	15.971,50	11.648,10	15.971,50
Ribas do Rio Pardo	7.353,16	31.205,50	28.938,21	38.558,66
Santa Rita do Pardo	-----	8.470,84	5.985,21	8.470,84
Selvíria	346,94	-----	246,54	346,98
Três Lagoas	2.253,84	34.391,34	24.908,52	36.637,99
Total	16.053,90	95.497,23	80.509,06	111.543,98

Fonte: Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, Lacan Florestal, 2023. Elaboração dos autores (2024).

Observa-se que a Lacan Florestal se posiciona como uma das principais instituições que atuam no âmbito das TIMO's no MS, apresentando uma área sob domínio superior à TTG Brasil. Destaca-se que dos 111 mil hectares sob controle, mais de 80 mil hectares são destinados para os monocultivos de eucalipto (Lacan Florestal, 2023). Outro ponto que merece destaque é a presença, sob gestão da Lacan Florestal, das maiores áreas de plantio nos municípios de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, ambos com agroindústrias de celulose e papel instaladas e em operação.

Esta gestora de ativos também apresenta intrínsecas relações com o capital estrangeiro, sobretudo pela captação de investimentos. Segundo o sócio comercial, Guilherme Monteiro, durante a captação de investimentos, a empresa recebeu cerca de “R\$ 350 milhões, sendo cerca de 50% de institucionais brasileiros, com outros 35% de estrangeiros, especialmente da Europa” (Bombana, 2021, s/p).

Nesse quadro de gestão e comercialização das “florestas” plantadas emergem empresas/instituições de consultoria, gestão e comercialização do plantio e da produção (eucalipto). Esse é o caso, por exemplo, da empresa Valor Florestal – Gestão De Ativos Florestais LTDA (Valor Florestal), que atua em diferentes segmentos da cadeia produtiva da silvicultura, sobretudo gerindo e comercializando a produção de madeira. Está empresa também atua em MS e tem sob sua gestão 36 estabelecimentos que constam como propriedade da empresa Florestal Água Limpa LTDA²⁵ (tabela 3).

²⁵ A empresa Florestal Água Limpa foi fundada em 2012 na cidade Três Lagoas-MS e tem como atividade principal o monocultivo de eucalipto. Ressalta-se que o capital social desta empresa deriva de fundos de pensão, anteriormente administrados pela GFP – Global Forest Partners (Valor Florestal, 2022, p. 05).

Tabela 3: Mato Grosso do Sul: Área (ha) e estabelecimentos sob gestão da Valor Florestal – 2022.

Município	Área de plantio (ha)	Área total ocupada (ha)	Total (estab.)
Três Lagoas	4.283	6.560	20
Brasilândia	6.516	9.800	13
Selvíria	1.287	2.072	2
Água Clara	855	855	1
Total	12.940	19.287	36

Fonte: Resumo Público do Plano de Manejo, Valor Florestal, 2022. Elaboração dos autores (2024).

A área destinada para o plantio de eucalipto e, portanto, para a produção “florestal” alcança quase 13 mil hectares de um total de 19.287, nos mesmos municípios acima destacados. Mais de 60% da área sob propriedade da empresa Florestal Água Limpa, gerida pela Valor Florestal, encontra-se destinada para a produção de eucalipto e, nesse sentido, vinculada à demanda das agroindústrias de celulose e papel por matéria-prima.

Esta empresa, ao que parece, não se relaciona a partir da captação de fundos de investimento, mas como prestadora de serviço na cadeia produtiva, gerindo a operação “florestal” e comercialização da produção dos seus clientes. Logo, não apresenta as mesmas mediações que a TTG Brasil e a Lacan Florestal no que se refere ao investimento das TIMO’s, mas expressa de outra forma a mesma a tendência do agronegócio na porção Leste de Mato Grosso do Sul que permeia a apropriação da renda e do lucro no processo de reprodução ampliada da dependência, sob a égide do processo de financeirização.

Os dados referentes ao processo de aquisição e/ou gestão de terras pelas TIMO’s sinalizam para um problema nada insignificante ou irrisório, até porque mostram que se trata de uma tendência de controle territorial relacionada à expansão da eucaliptocultura “financeirizada” no MS. Por isso mesmo é preciso enfatizar que o problema não é simplesmente a quantidade de hectares transacionados, mas também as transformações agrárias resultantes das transações (Pereira, 2022), pois elas implicam alterações nas relações de propriedade e de produção locais, conformando assim, um território voltado à monocultura em detrimento de outras formas de cultura.

O espraio territorial do agronegócio de eucalipto, celulose e papel a partir do controle territorial no Leste do Mato Grosso do Sul parece, cada vez mais, manter vínculos com a “lógica” financeira. Como tentamos demonstrar, as TIMO’s cumprem um papel significativo nesse sentido, com suas estratégias visando o controle do território local através da aquisição de terras, gestão de “ativos” “florestais”, assim como de outros recursos naturais transformados em “ativos” financeiros.

Na “lógica” financeira em que operam as TIMO’s no agronegócio de eucalipto, celulose e papel no leste do MS, os investidores geralmente estão distantes geograficamente e culturalmente do estado. Seu envolvimento com o território local é puramente econômico, pois estão focados apenas no retorno do capital investido, ignorando a complexidade do território, que é explorado de maneira homogênea, desconsiderando-se a diversidade de ecossistemas e culturas que o leste do MS abriga.

Além disso, no conjunto de estratégias das TIMO’s, um dos aspectos mais relevantes talvez seja o fato destas empresas operarem como mais um canal para a transferência de valor para o “centro” ao fazerem a “gestão” dos fundos a partir do controle de frações do território no Mato Grosso do Sul. Contudo, esse controle territorial não se reduz a uma dimensão puramente quantitativa (hectares de terra), mas também envolve questões qualitativas, sobretudo no que se refere à exclusão e/ou marginalização de outros sujeitos sociais com outras formas de produzir e se reproduzir a partir de outras territorialidades.

Em suma, as ações e estratégias das TIMO’s podem intensificar e/ou contribuir para a dependência econômica das regiões onde atuam, ao subordinar a economia local a uma lógica extrativa e de exportação sob a égide da nova fase de dependência financeira. O mais-valor gerado a partir do território sul-mato-grossense retorna principalmente para os investidores internacionais, criando problemas como: a financeirização da natureza local, a degradação ambiental, o controle de recursos pelos investidores internacionais, a concentração de terras, a marginalização e/ou exclusão de outros sujeitos e culturas distintas (ribeirinhos, camponeses, indígenas, etc.), a vulnerabilidade que esses territórios à mercê da oscilação dos preços das *commodities*, que podem flutuar e tornar a economia local instável, etc²⁶.

Considerações Finais

A reprodução do capital em escala mundial tem como um de seus aspectos fundamentais a transferência de valor. Esta tendência histórica demarca as profundas diferenças entre a “periferia” e o “centro”, diferenças e desigualdades que persistem não pela “falta” de capitalismo ou “desenvolvimento”, mas sim porque as condições de dependência continuam a vigorar historicamente, ainda que sob formas distintas. As transferências de valor são inerentes a esse processo, um poderoso e importante “mecanismo” que joga por terra a ideologia de um *continuum* evolutivo do capitalismo capaz

²⁶ Como pode ser visto no relatório: “Queimando a terra: Os impactos da expansão da indústria de celulose e papel na região de Três Lagoas – Brasil”, produzido pela Environmental Paper Network em 2022.

de igualar ou mesmo reduzir as assimetrias abismas de poder econômico e político entre países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

A transferência de valor via fluxos financeiros a partir da dinâmica do capital fictício e especulativo na “periferia” apontam para outro caminho, com a manutenção dessas relações hierárquicas de poder, a Divisão Internacional e Territorial do Trabalho, a dependência tecnológica, o uso do território na periferia como meio para a produção e apropriação de valor, etc.

Ademais, a manutenção da assimetria de poder permite ainda que os capitais “centrais” determinem de forma praticamente inquestionável as regras do comércio global, das políticas financeiras e das diretrizes para os fluxos de investimento que lhes permita manter a transferência de valor a partir do controle territorial na periferia. Enquanto isso, os países periféricos, com menor poder de barganha, tendem a se especializar na produção de *commodities* e dependem cada vez mais dos mercados externos para seu crescimento econômico baseado em projetos como o da monocultura de eucalipto pelo território nacional. Assim, a estrutura desigual de dependência econômica e política, longe de ser superada, é mantida e reforçada, com os países “periféricos” em desvantagens, enquanto a população e a natureza na “periferia” são fortemente impactadas pelo desenvolvimento do capitalismo em sua forma fictícia e especulativa.

Ao abrir-se ainda mais ao mercado mundial com base na agroexportação sob a égide do capital fictício e estrangeiro, o agronegócio brasileiro “reposicionou-se” no cenário econômico nacional e internacional. Mas a que custo? Tal abertura, construída a partir da aliança de classes entre o capital agroexportador e a grande burguesia industrial monopólica (Osório, 2009, Breda; Rocha, 2023, p. 562), possibilitou a penetração de um número significativo de empresas da esfera financeira que passaram a atuar estrategicamente em determinados setores e ramos específicos nas economias dependentes, num processo que tende a perpetuar um modelo de desenvolvimento no campo que há muito vem sendo questionado pelos seus graves impactos socioambientais. E, mais do que isso, já demonstrou seu fracasso por não atender as demandas mínimas e necessárias da população brasileira e contribuir para predação degradação ambiental e, por conseguinte, para todo um conjunto de problemas relacionados ao aquecimento global

As políticas econômicas à direita e à esquerda implantadas num país como o Brasil, sobretudo a partir da década de 2000, ainda que, por suposto, apresentem diferenças em cada conjuntura desde então, continuam, em larga medida, condicionadas pelo processo de “financeirização”. A “financeirização” do agronegócio no Brasil nada mais é do que uma forma de manifestação do aprofundamento das contradições das relações capitalistas de produção no campo, cuja transformação das atividades agrícolas em “ativos” financeiros se

“adequa” à atualidade da nova fase da dependência e, portanto, da dinâmica do processo de acumulação que atinge seu clímax histórico.

Tais argumentos estão alinhados às teses que defendem a existência de um novo padrão de reprodução do capital²⁷ na América Latina (Osório, 2012), bem como a ocorrência de uma “nova fase da dependência” (Amaral, 2007, 2012) marcada pela hegemonia da esfera financeira e todos os problemas que ela reserva às economias dependentes.

As políticas econômicas dessas economias, direcionadas para a produção de bens primários de “baixo valor agregado”, insumos, etc., estão consoantes com “um aumento da demanda mundial puxado pela China” (Breda; Rocha, 2023, p. 561) e a possibilidade de extração de excedente a partir do controle territorial na “periferia”²⁸. A questão é que tal dinâmica tem, nas frações de classe burguesa estrangeira, um braço condutor de suma importância ao assumirem formas distintas, personificadas em um conjunto de empresas e estratégias diversas que visam ampliar o seu poder territorial a partir de ações que têm a periferia como território-alvo para apropriação de “ativos”.

Não por acaso, como aponta Pereira (2022, p. 745), “ocorre a diversificação do portfólio de investimentos do capital financeiro que, por sua vez, busca novas estratégias e novos negócios mais seguros e rentáveis”. Assim, por mais que opere a partir da esfera financeira, as estratégias do capital na atualidade buscam o controle e a concentração de significativas áreas de terras e de “recursos” naturais (água, minerais, madeira, “florestas”, etc.). As corporações e empresas “corretoras” atuam como intermediárias nesse processo entre a esfera financeira e produtiva. Tais empresas, parasitam a agricultura dos países periféricos porque podem obter, legal ou ilegalmente, o controle de frações do território, visando com isso, a obtenção de maiores rendimentos a partir dos ditos fundos de investimentos.

A nosso ver, a atuação das TIMO's em territórios latino-americanos, a exemplo do que ocorre no Brasil, está intrinsecamente relacionada, portanto, à dinâmica de transferência de valor no contexto de financeirização. As TIMO's atraem investidores que buscam maximizar retornos financeiros através do monocultivo de árvores para produção de papel, celulose e outros produtos. Essa “lógica” resulta na transferência de valor e o território é um grande trunfo para as corporações e investidores internacionais. Isso porque, a produção e o manejo “florestal” se tornam uma atividade extrativa que prioriza o lucro, de modo que o território e seus “recursos” são usados para benefício de um pequeno grupo de investidores internacionais. No MS, as TIMO's que atuam no setor da eucaliptocultura, ao controlar

²⁷ Para Dias (2021), o padrão de reprodução do capital da América Latina, além de ser primário-exportador e especializado, também constitui-se como uma plataforma de valorização fictícia e financeira. Na visão dele, há uma relação de “simbiose” entre a financeirização com a reprimarização da pauta exportadora e desindustrialização.

²⁸ Ainda que esse processo ocorra em outras regiões ou países “desenvolvidos” - enquanto tendência -, vale ressaltar que a “periferia”, isto é, as economias dependentes, resguardam marcas e desvantagens históricas

frações do território, seguem justamente essa lógica mercantil, ao conseguirem se utilizar de estratégias que possibilitam aos capitais internacionais se apropriarem do (mais)valor.

As TIMO's cumprem um papel significativo tanto no que se refere à reprodução do capitalismo dependente no MS, como dos capitais "centrais", pois assume um papel de mediador importante na nova "fase" do processo de acumulação e, por conseguinte, da transferência e apropriação de valor a partir da gestão de investimentos em terra, madeira, celulose e papel a partir da territorialização do agronegócio neste estado. O objetivo principal é o retorno lucrativo propiciado pelo uso e controle territorial na "periferia" do capital mundial.

Ademais, o avanço do agronegócio de eucalipto no leste do Mato Grosso do Sul materializa uma geografia da superexploração na qual a transferência de valor e os processos de financeirização se entrelaçam, convertendo terra e trabalho em instrumentos de lucro e expropriação. Sob o domínio dos TIMO's, a tendência é que o território local deixe de ser um espaço de vida e passe a se tornar um "ativo", em que as plantações de "florestas" são meramente cifras e o solo e a água "patrimônios financeiros" de terceiros.

A transferência de valor no contexto da "financeirização" do agronegócio do eucalipto no Mato Grosso do Sul onde operam as TIMO's revela, assim, a dinâmica brutal de reconfiguração territorial posta pelo desenvolvimento capitalista, onde a lógica financeira tende a se sobrepor às necessidades locais, subjugando o espaço a uma lógica de acumulação e valorização travestida de "desenvolvimento".

Assim, a América Latina continua imersa em um ciclo de transferência de valor que nutre as engrenagens do capitalismo mundial, em uma relação de dependência intensificada pela "financeirização" e pelas grandes corporações transnacionais (TIMO's) que, a serviço do capital, redesenham as paisagens e os modos de vida locais, como vem ocorrendo no leste do Mato Grosso do Sul. O agronegócio de eucalipto e o controle territorial neste estado reflete, como espelho invertido, um capitalismo cada vez mais predatório que drena a riqueza, a biodiversidade e o excedente produzido, que é apropriado e usufruído por personificações do capital fictício e especulativo que parasitam a esfera financeira.

Esses elementos, embora sejam apresentados como motores de desenvolvimento, sobretudo pela média local, carregam em si uma ferida histórica nunca cicatrizada, que é a contínua transferência de valor a partir de um território dominado pelo latifúndio. A reprodução do agronegócio de eucalipto no MS se soma a esse processo, pois ali a concentração da terra persiste como mais uma das formas de extrair excedente. Se a terra, no MS, tornou-se uma mercadoria, o território passa, nesse momento, por uma nova transformação, configurando-se como uma abstração sob o domínio de forças que, diante do processo de "financeirização", tornam-se cada vez mais alheias ao solo que exploram.

Em suma, a dinâmica da transferência de valor da América Latina para os centros do capitalismo mundial - vista aqui a partir do avanço do agronegócio via TIMO's - não se limita aos circuitos obscuros da "financeirização", mas se adensa em processos de expropriação complexos e históricos, cuja expressão atual verifica-se a partir do complexo de eucalipto, celulose e papel e sua relação com o capital fictício e especulativo. A expansão das TIMOs neste setor no leste do Mato Grosso do Sul exemplifica a metamorfose do capital no território, onde as paisagens e as comunidades locais se entrelaçam em uma espiral de acumulação que tensiona o próprio sentido do pertencimento e da soberania em função de um modelo de produção voltado para a exportação. Nesse movimento, o controle territorial se torna não apenas um exercício econômico, mas uma forma de alienação cultural e ecológica, onde a terra é "sequestrada" de seu tempo e identidade, drenada de seu futuro em um processo que viola sua função social em prol de suprir a acumulação de capital e uma classe que parasita a "periferia". Esse quadro revela que o território sul-mato-grossense não é apenas o substrato da produção, mas um sacrário de valor que, continuamente, alimenta as engrenagens distantes da acumulação.

Nesse contexto, as palavras de Eduardo Galeano e Manuel Bandeira continuam atuais e parecem traduzir a condição em que se encontra o território do leste do Mato Grosso do Sul sob a hegemonia do agronegócio de eucalipto financeirizado. Para Galeano: "As veias abertas da América Latina continuam a verter seu sangue para irrigar as terras mais distantes". Ao mesmo tempo, ressoam as palavras de Manuel Bandeira em "O Bicho", transmutadas em cada hectare para a produção de eucalipto: "[...] foi ver o que ainda restava do valor espremido da terra, mas era só fome e abandono".

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul. **Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. 2012.

AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência. In: **Anais V Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2007.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 147f. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAUCO. "**Projeto Sucuriú**". Disponível em: <https://sucuriu.arauco.com/projeto/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ARAÚJO, Elizeu Serra. Transferência de valor e troca desigual em Marini. In: **Anais XXIX Encontro Nacional de Economia Política**. UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2024.

BERNARDES, Julia Adão; MALDONADO, Gabriela. Estratégias do capital na fronteira agrícola moderna brasileira e argentina. In: BERNARDES, J. A. et al. (Org.). **Globalização**

TRANSFERÊNCIA DE VALOR E AGRONEGÓCIO: AS TIMBER INVESTMENT MANAGEMENT ORGANIZATIONS (TIMO) NO COMPLEXO EUCALÍPTO-CELULOSE-PAPEL EM MATO GROSSO DO SUL (MS) - BRASIL

do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.57-80.

BOMBANA, Lucas. Fundos florestais: conheça o investimento que prevê retorno de até 10% ao ano além da inflação e quem pode acessá-lo. **InfoMoney**, 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/fundos-florestais-conheca-o-investimento-que-pr-eve-retorno-de-ate-10-ao-ano-alem-da-inflacao-e-quem-pode-acessa-lo/>. Acesso em: 30 out. 2024.

BREDA, Diógenes Moura. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo:** o caso do Brasil entre 2000 e 2015. 217f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

BREDA, Diógenes Moura; ROCHA, Marco Antônio Martins. A transferência de valor no capitalismo dependente brasileiro do século XXI. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador - Bahia, v.15. n.2, p. 557-576, 2023.

BTG PACTUAL. Conheça o BTG Pactual Timberland Investment Group (TIG). **BTG Pactual**, 2023. Disponível em: <https://content.btgpractical.com/blog/asset-management/btg-pactual-timberland-investment-group-tig>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BTG PACTUAL. Ata de Reunião do Conselho de Administração. **BTG Pactual**, publicado em: jun. 2024. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/0afe1b62-e299-4dec-a938-763ebc4e2c11/e3ff5824-f536-25c5-31ac-36baa5301595?origin=1>. Acesso em: 30 out. 2024.

CAPITAL NEWS. Suzano vende ativos florestais por R\$ 311 milhões. **Capital News**, publicado em: dez. 2009. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/rural/suzano-vende-ativos-florestais-por-r-311-milhoes/84250>. Acesso em: 02 set. 2024.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.

CARDOSO, Maísa Gonçalves. **Renda da terra e agronegócio:** reflexões sobre a questão agrária no Brasil do século XXI. 127f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

CHESNAIS, François. (org.). **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

DE PAULA, Patrick Galba. Renda da terra e dependência em Carrera: análise crítica e elementos para a formulação de uma visão alternativa. **Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 140-165, 2022.

DIAS, Daniel Senna. **Desindustrialização no novo padrão de reprodução do capital latino-americano**. 107 f. Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

ENVIRONMENTAL PAPER NETWORK. Queimando a terra: os impactos da expansão da indústria de celulose e papel na região de Três Lagoas – Brasil. **Environmental Paper Network**, publicado em: dez. 2022. Disponível em: https://environmentalpaper.org/wp-content/uploads/2022/12/20221214-queimando_a_terra.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

FONSECA, Danielle. Suzano (SUZB3) conclui compra de duas empresas do BTG por R\$ 2,122 bi, publicado em: ago. 2024. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/ultimas/suzano-suzb3-conclui-compra-empresas-btg/>. Acesso em: 30 out. 2024.

FONTES, Stella. Fundos de investimento têm mais de R\$ 8 bi em ativos florestais no Brasil. **Valor Econômico**, publicado em: fev. 2015. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2015/02/23/fundos-de-investimento-tem-mais-de-r-8-bi-em-ativos-florestais-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2024.

FONTES, Stella. Papel e celulose terão R\$ 67 bi em aportes. **Valor Econômico**, publicado em: mar. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/03/25/papel-e-celulose-terao-r-67-bi-em-aportes.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FORBES. Suzano compra ativos florestais no Mato Grosso do Sul por R\$1,83 bilhão. **Forbes**, publicado em: ma. 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/12/suzano-compra-ativos-florestais-no-mato-grosso-do-sul-por-r-183-bilhao/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla Sylvina. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, J. A. et al (org.). **Globalização do agronegócio e land grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p.12-32.

GOMES, Helder. As hipóteses sobre uma nova posição do Brasil no imperialismo atual. In: **Anais do VII Coloquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico**, 2011. Uberlândia, 2011.

GOMES JR, Evaldo. **Padrão de reprodução do capital e formas gerais de apropriação fundiária na fronteira agromineral brasileira**: Cerrados do Norte e Amazônia Meridional pós anos 2000. 155f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

GOMES JR, Evaldo; ARUTO, Pietro Calderini. Considerações sobre a apropriação de renda da terra agrícola nas economias dependentes: apontamentos para o Brasil. In: **IX Jornadas de economía crítica**. XI Coloquio de la SEPLA, 25, 26 e 27 de Agosto. Córdoba, Argentina, 2016.

INFLORE. TIMOs: conheça tudo sobre os fundos de investimentos em florestas. **INFLORE**, publicado em: ago. 2021. Disponível em: <https://infor.com/pt-br/blog/timos-tudo-sobre-fundos-de-investimentos-em-florestas/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

INFOMONEY. Fundos florestais: conheça o investimento que prevê retorno de até 10% ao ano além da inflação e quem pode acessá-lo. **Infomoney**, publicado em: abr. 2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/fundos-florestais-conheca-o-investimento-que-preve-retorno-de-ate-10-ao-ano-alem-da-inflacao-e-quem-pode-acessa-lo/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

INVESTE SP. Fundos florestais estimam investir no Brasil US\$2,3 bi no Brasil. **Investe SP**, publicado em: dez. 2009. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/fundos-florestais-estimam-investir-us-2-3-bi-no-brasil/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

TRANSFERÊNCIA DE VALOR E AGRONEGÓCIO: AS TIMBER INVESTMENT MANAGEMENT ORGANIZATIONS (TIMO) NO COMPLEXO EUCALÍPTO-CELULOSE-PAPEL EM MATO GROSSO DO SUL (MS) - BRASIL

ISTO É. Hancock Natural Resource Group adota a marca Manulife no Brasil. **Isto é**, publicado em: nov. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/hancock-natural-resource-group-adota-a-marca-manulife-no-brasil/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

LACAN FLORESTAL. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal. **Lacan Florestal**, 2023. Disponível em: https://www.lacanativosreais.com.br/_files/ugd/1cf649_c6d18f9d8f7847edb0bf417bc7c36cc8.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

LAPYDA, Ian. Reflexão sobre a financeirização. **A terra é redonda**, publicado em: 06 ago. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/reflexao-sobre-a-financeirizacao/>. Acesso em: 16 out. 2024.

LEITE, Leonardo. **O capital no mundo e o mundo do capital**: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx. 352 f. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Federal Fluminense, 2017.

LELIS, Leandro Reginaldo Maximino. Capitalismo de compadrio em Mato Grosso do Sul: compreendendo as relações entre o Estado e as empresas produtoras de celulose. **Cerrados**, v. 20. n.1, p. 392-421, 2022.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAIS FLORESTA. Área de floresta plantada deve crescer 42,8% em Mato Grosso do Sul. **Mais Floresta**, publicado em: jul. 2023. Disponível em: <https://www.maisfloresta.com.br/area-de-floresta-plantada-deve-crescer-428-em-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MANCIO, Daniel; MOREIRA, Renata Couto. A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. In: **Anais XVII Encontro nacional de economia política**, p. 1-25, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 120-147, 2015.

MENDES, Jeferson B. **Estratégias e mecanismos financeiros para florestas plantadas**. FAO/PNF/MMA, Curitiba, 2005, 68p.

MUSTHAQ, Fathimath. Dependency in a financialised global economy. **Review of African Political Economy**, v. 48, n. 167, p. 15-31, 2021.

NASCIMENTO, Paula Almeida. Timos florestais: gestão mostra o caminho do sucesso. **Campo & Negócios**, publicado em: jan. 2021. Disponível em: <https://revistacampoenegocios.com.br/timos-florestais-gestao-mostra-o-caminho-do-sucesso/>. Acesso em: 10 set. 2023.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva-estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OVERBEEK, Winnie. Brasil - Acumulando mais dinheiro fazendo a mesma coisa: a financeirização dos monocultivos de eucalipto da Fibria. **Boletim WRM nº 213**, publicado em: mai. 2015. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/brasil-acumulando-mais-dinheiro-fazendo-a-mesma-coisa-a-financeirizacao-dos-monocultivos-de-eucalipto-da-fibria>. Acesso em: 02 set. 2024.

PACHECO, Bruna Toledo; WANDERLEY, Letícia Galdino. **Ativos florestais no Brasil: oportunidades em investimentos sustentáveis**. Disponível em: <https://www.demarest.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Ativos-florestais-no-Brasil-oportunidades-em-investimentos-sustentaveis.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

PEREIRA, Lorena Izá. Geografia e land grabbing: elementos para uma compreensão geográfica do controle do território no século XXI. **Terra Livre**, v. 2, n. 59, p. 741-771, 2022.

PORTAL CELULOSE, Três Lagoas (MS) é o maior produtor de eucalipto do Brasil. **Portal Celulose**, publicado em: 03 nov. 2023. Disponível em: <https://portalcelulose.com.br/tres-lagoas-ms-e-o-maior-produtor-de-eucalipto-do-brasil/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PR NEWSHIRE. Manulife Investment Management adquire plantações adicionais de eucalipto no Mato Grosso do Sul, no Brasil. **PR NEWSHIRE**, publicado em: ago. 2021. Disponível em: <https://www.prnewswire.com/news-releases/manulife-investment-management-adquire-plantacoes-adicionais-de-eucalipto-no-mato-grosso-do-sul-no-brasil-886978169.html>. Acesso em: 26 jul. 2024.

PRADO, Eleutério. Uma crítica da ideia de financeirização. **A terra é redonda**, publicado em: 30 jul. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/uma-critica-da-ideia-de-financeirizacao/>. Acesso em: 16 out. 2024.

RAPOSO, Bruna Ferraz. Ensaio para uma crítica da economia política da financeirização. **Revista Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx**, v. 11, n. 21, p. 155-175, 2023.

ROSA, Sílvia. Florestas brasileiras atraem interesse de Fundos Estrangeiros. **Senado**, Publicado em: mar. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/490633/noticia.htm?sequence=1>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SILVA, Mariana Lopes da. A transformação das “florestas” plantadas em ativos financeiros e as timber investment management organizations (TIMOs) no Brasil. **Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 112-121, 2023.

SMITH, John. **A realidade imperialista versus os mitos de David Harvey**. Publicado em: 11 out. 2021. Disponível em: <https://www.lavrapalavra.com/2021/10/11/a-realidade-imperialista-versus-os-mitos-de-david-harvey/>. Acesso em: 21 out. 2024.

SOUZA, Gláycion Vinícios Antunes; SILVA, Laís Ribeiro. Agronegócio e dependência: uma perspectiva de análise sobre a região do Matopiba. **Caminhos de Geografia.**, v. 20, n. 72, p. 149-168, 2019.

TRASPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 3, p. 1694-1713, 2018.

TTG BRASIL. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, Grupo TTG5. **TTG Brasil**, 2023. Disponível em: <https://ttgbrasil.com/resumos-publicos/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

TRANSFERÊNCIA DE VALOR E AGRONEGÓCIO: AS TIMBER INVESTMENT MANAGEMENT ORGANIZATIONS (TIMO) NO COMPLEXO EUCALÍPTO-CELULOSE-PAPEL EM MATO GROSSO DO SUL (MS) - BRASIL

TTG BRASIL. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, Grupo TTG6. **TTG Brasil**, 2023. Disponível em: <https://ttgbrasil.com/resumos-publicos/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

VALOR FLORESTAL. Resumo Público do Plano de Manejo Florestal. **Valor Florestal**, 2023. Disponível em: <https://www.valorflorestal.com.br/wp-content/uploads/2023/01/FLORESTAL-AGUA-LIMPA.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Agradecimentos

Agradecimento à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 – pelo fomento à pesquisa.

Sobre os autores

André Luis Amorim de Oliveira – Graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). É membro do Centro de estudos de geografia do trabalho (CEGeT) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Política e Ideologias (G-EsPI) (CNPq). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-9792-5768>.

Joser Cleyton Neves – Graduação em Geografia (licenciatura) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Integrante do Laboratório Geográfico de Estudos Econômicos e Políticos (LAGEP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Política e Ideologias (G-EsPI) (CNPq). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0020-1331>.

Como citar este artigo

OLIVEIRA, André Luis Amorim de; NEVES, Joser Cleyton. Transferência de valor e agronegócio: as Timber Investment Management Organizations (TIMO) no complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso do Sul (MS) - Brasil. **Revista NERA**, v. 27, n. 4, e10625, out.-dez., 2024. DOI: 10.47946/rnera.v27i4.10625.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos(as) autores(as). O autor **André Luis Amorim de Oliveira** foi o responsável pelas funções conceitualização, investigação, metodologia, redação (rascunho original) e supervisão. O segundo autor, **Joser Cleyton Neves**, foi o responsável pelas funções curadoria de dados, investigação, metodologia, redação (revisão e edição).

Recebido para publicação em 03 de setembro de 2024.

Devolvido para revisão em 02 de outubro de 2024.

Aceito a publicação em 03 de novembro de 2024.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira e Camila Ferracini Origuela.